

Exército demarca, latifúndio toma conta. Kadiweu protestam

O Exército iniciou, no mês de junho último, uma nova demarcação (quarta?) das terras dos Kadiweu, na região da Bodoquena. No dia 24 o jornal "Diário da Serra", de Campo Grande (MS) trouxe a manchete: "Continua tensão na Bodoquena". Era a reação dos fazendeiros que acusavam a Funai e os índios de invadirem suas terras. "É sempre os índios que brigam pela invasão de suas terras pelos brancos; agora dá-se o contrário: os brancos estão sendo invadidos pelos índios".

As terras da reserva Bodoquena, são herança do Império, doação de Dom Pedro II, pela participação dos índios Guaicuru na guerra contra o Paraguai, em meados do século passado. Já em 1899, o Estado de Mato Grosso, mandou proceder à medição e demarcação das terras, com aprovação do Governo Alves de Barros, através de um decreto assinado em sete de agosto de 1903. O documento estabeleceu que "reservas ditas terras em usufruto aos índios Kadiweu".

Em 1931, o interventor federal, Antonio Mena Gonçalves declarou "ratificado e confirmado para todos os efeitos o ato governamental de sete de agosto de 1903, que aprova a demarcação de terras reservadas em usufruto para os índios Kadiweu" (Decreto nº 54, de 9 de abril de 1931).

ARRENDAMENTOS E "INVASÃO"

Em abril de 1958, pela Lei nº 1077, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso tornou devolutas as terras dos índios, para em seguida distribuí-las entre os deputados. Somente o Supremo Tribunal Federal pôs cobro a esta usurpação, reconhecendo que o Estado não pode ter como devolutas terras que jamais recebeu da União, visto que já em 1891, quando se deu a transferência de domínio sobre as terras vagas, estas eram possuídas a título legítimo.

Usando o artigo 62, parágrafo 3º do Estatuto do Índio, Lei 6001, a Funai arrendou a 98 fazendeiros da região a quase totalidade da área dos Kadiweu, "para evitar invasões em larga escala", como já afirmou o ex-presidente do órgão, general Ismarth Araújo Oliveira. E com este argumento, realmente, em 1977/78, todos os contratos foram renovados a um preço vil de Cr\$ 10 ao ano por hectare, com reajustamento anual de 20%. No encerramento da Semana do Índio de 1980, em abril, a recém empossada equipe da 9ª Delegacia Regional, tendo à frente o coronel Amaro Barbeitas Ferreira, declarava à imprensa que "não abriria mão dos arrendamentos das terras indígenas, adotando desde já o princípio de renovar os contratos na reserva, mesmo contrariando a posição dos índios e do delegado anterior, Joel de Oliveira" ("Diário da Serra", 23/4/80). A maioria dos contratos vencerá em 1982.

Ao longo da Serra da

Bodoquena estão os pequenos e grandes invasores, formando a "invasão". Quando acabaram os lotes da Colônia Arnaldo Estevão de Figueiredo, aqueles que iam chegando foram aconselhados a descer a serra, pois ali era "reserva da Colônia". Os colonos também foram alertados de que haveria problemas com fazendeiros (arrendatários), mas que o Estado, com o tempo teria que cortar-lhes lotes. Na "invasão" encontram-se atualmente duas a três mil famílias (aproximadamente 10 mil pessoas). Ali há muita confusão de posse, despejos e invasão de gado dos fazendeiros.

Um invasor declarou que da Fazenda Santa Lurdes da Chuvarada (9.542 hectares), agora pertencendo ao arrendatário Geraldo Vilela Coimbra, foram despejadas seis famílias, com a ajuda da Polícia de Miranda (município próximo a Corumbá). De acordo com o relatório de Walter Augusto Speggorin, da CPI da Terra da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o fazendeiro Domingos Nantes, um talde Antoniozinho e um funcionário do Banco do Brasil, pressionaram os ocupantes das terras dos índios ("Correio do Estado", 1º e 2/12/79, página 3). Domingos Nantes é arrendatário da Fazenda Tarumã (12.159 ha).

A Funai ora proíbe até de plantar, ora facilita a invasão. Sabe-se que diariamente vem entrando famílias, três a quatro por dia. Ali, a insegurança é total quanto ao futuro, apesar de renovadas promessas de políticos em regularizar as posses. Até o momento o Inera nem se manifestou sobre um possível reassentamento.

DESCRÉDITO

Na reserva Bodoquena há dois postos indígenas, o PI Bodoquena e o PI São João, dos Kadiweu e Terena, respectivamente, tendo uma população estimada de 500 pessoas em cada posto. Além destes, há ainda dois grupos de famílias (Ofaié e Kaiowá), transferidos pela Funai para o meio da "invasão", procedentes de outras áreas do Estado. Estas famílias somam em torno de 50 pessoas, calculando-se em mais de 400 mil hectares a área total da reserva - 25 mil estariam à disposição desses índios, e o restante, arrendado ou invadido por pecuaristas e pequenos posseiros.

Em época já houve três tentativas de demarcar a reserva indígena Kadiweu, mas nenhuma delas teve êxito. Em 1979 houve uma grande mobilização de políticos e fazendeiros, que conseguiram barrar os trabalhos da terceira medição. Pressionada pela opinião pública, a Funai agora entregou os trabalhos ao Serviço Geográfico do Exército, que já efetuou a delimitação e ora procede à demarcação. Tal demarcação mereceria confiança maior, tanto por parte da opinião pública como dos índios. Contudo, à medida que os trabalhos avançam os índios desacreditam dos seus



Kadiweu: uma longa luta para recuperar terras expropriadas (Foto Ana Lange).

resultados, e o público é mal informado.

Tirar os índios das manchetes da grande imprensa sempre foi uma tática da Funai. Também os interessados em continuar nas terras dos índios aprenderam esta tática e o silêncio lhes interessa. "Tudo está tranquilo" - é a frase incessantemente repetida na região e repercutida na Funai e Campo Grande. É hora de abafar tensões e conflitos entre colonos, Funai, fazendeiros e índios. Por um lado, o Exército está na área, por outro, é preciso garantir o sucesso das urnas ano que vem. Contudo, o silêncio agora só desfavorece os índios.

A linha demarcatória passará mais ou menos pelos limites das anteriores, mesmo assim ninguém faz barulho. A ordem agora é deixar demarcar. Depois, não se respeita, ou melhor, fica tudo como está. A "invasão" cresce dia após dia, as áreas em litígio (tituladas, mas reivindicadas pelos índios) não serão devolvidas, e dos arrendatários nem se fala, pois eles têm cobertura legal através de contratos.

LATIFÚNDIO TRAZ APREENSÃO

Desde que foi criada, a Colônia Arnaldo Estevão de Figueiredo vem sendo explorada pelo latifúndio. Começou em 1954, com o governador Fernando Correia da Costa, continua agora, com os apadrinhados que recebem lotes e os devolvem por "doação" a Pedro Pedros-

sian. Muitos foram forçados, através de uma hábil política do Banco do Brasil, a vender seus lotes para pagar financiamentos. Estes financiamentos, por coincidência, eram para o plantio de capim. Sempre que um colono se apertasse, algum funcionário do banco, que era também corretor do Pedro, socorria a vítima, arrumando-lhe um comprador.

Inúmeros eram os prósperos povoados de pequenos colonos, que foram engolidos pela grande propriedade, por meio dessas e outras táticas semelhantes. Somente entre Campão e Morraria, havia pelo menos três destas comunidades, que praticamente se extinguíram. Os colonos foram mais à frente - Morraria, Córrego do Mota, Tarumã, muitos deles entrando na "invasão". E a grande propriedade foi avançando, sendo uma ameaça contínua aos colonos que ainda possuem lotes. Atualmente, 130 famílias estão ameaçadas de despejo, numa fazenda próxima da "invasão". Até mesmo ali, já se fala em gado solto e há presenças de jagunços travestidos de agentes da Polícia Federal ou da Funai.

A quem interessa a invasão das áreas indígenas e sua possível posterior regularização? A tão reivindicada regularização das posses na "invasão", apoiada pelos políticos, seria uma solução real para os colonos sem terra?

A SERVIÇO DOS GRANDES

A Colônia Arnaldo Figueiredo, desde meados de 1980 é município, com o nome de Bodoquena. Para sua emancipação política, necessita de ICM (Imposto de Circulação de Mercadorias) e de eleitores, buscando grande parte deles na "invasão". A criação do novo município significa também um avanço da sociedade nacional em direção às terras indígenas, através do incremento da infraestrutura regional, especialmente estradas e escolas.

Na região da "invasão", a Funai instalou três postos de vigilância, visando controlá-la. Entretanto, o problema continua, segundo informam os colonos. Houve, inclusive, casos de desmandos e perseguições a posseiros por parte de alguns funcionários da Funai, e por outro lado, o favorecimento à implantação de fazendas nas terras dos posseiros. A omissão e até convivência dos PV-s, está mais que comprovada: ao invés de conterem a "invasão", eles a favorecem, quando estão em jogo grandes interesses.

A demarcação da reserva Kadiweu pelo Exército deveria trazer tranquilidade e esperanças para os índios de verem suas terras e desocupadas. A medida, porém, que avançam os trabalhos, a esperança se desvanece e a apreensão toma seu lugar. Já foi visto que, mesmo o Exér-

cito estando na área, as invasões continuam.

De acordo com o Exército, "só se a Funai indenizasse os proprietários e doasse as terras para os índios, o litígio seria resolvido". Se agora já não respeitam, o que será depois? - Além disso, não se sabe de nenhum plano de reassentamento dos posseiros.

Os índios, desde o ano passado vem pedindo nove fazendas que cercam a aldeia Kadiweu. Destas nove, a maioria já está com o contrato vencido, mas não se sabe quando nem quem vai recebê-las. Os fazendeiros silenciam, esperando o Exército sair. Sabem que não é interessante criar conflitos agora, muito menos enfrentar o Exército. Seria desgastante para o Governo, em vésperas de eleições, ser colocado frente a um problema que ele próprio criou e que não pretende resolver.

As fazendas que os índios querem de volta são estas: Santa Lurdes da Chuvarada (9.542 ha), de Getúlio Coimbra; Fazenda Tarumã (12.159 ha), de Domingos Nantes; São Luiz (4.172 ha), de Onorivaldo Alves; Santa Vitória (797 ha), de Julião Vilalba - invasor -; Ipanema, de Leôncio B. Filho; Baía do Limoeiro (8.105 ha), de Geraldo Coimbra; Olho d'Água de Lídio Barbieri; Independência, de Clibas Martins, e Fazenda São Sebastião (5.155 ha), de Sebastião Carneiro.

Ivo Schröder